

UM OLHAR SOBRE OS DESAFIOS NA PRÁTICA DO PROFESSOR NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE

Genilda Mendonça de Souza Araújo¹
Ana Paula da Silva Souza²
Aline de Fátima da Silva Araújo³
Márcia Gomes dos Santos Silva⁴
Mônica de Fátima Guedes de Oliveira⁵

RESUMO

A prática docente no AEE está envolvida em ações que exigem interação voltada à formação dialógica dos sujeitos que protagonizam a inclusão escolar. Neste sentido, buscou-se conhecer como ocorre esta prática docente e os desafios encontrados na sua atuação no contexto de dois polos de atendimentos da Rede Municipal de Ensino de Guarabira-PB. A metodologia caracteriza-se como abordagem qualitativa e observatória e o instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário semiestruturado com 9 questões utilizada para análise dos dados. Na Fundamentação teórica dialogou com autores como: Siluk (2014), Ropoli (2010), Mantoan (2003) e documentos legais: decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, a Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009 e outras Leis e Decretos que tratam do assunto. Os resultados indicam que a prática docente no AEE no Município de Guarabira/PB ainda está em processo crescente. Mesmo assim, mostram-se com algumas questões em relação a qualificação e recursos adequados para desenvolver um bom trabalho, pois estes não se sentem preparados e amparados para receber o público alvo da Educação Especial; da mesma forma, percebe-se professores relutantes em usar técnicas e atividades diferenciadas. Estas dificuldades afetam a inclusão dos alunos com deficiência, mostrando ser um processo delicado e complexo, por vários motivos, os quais destacamos: despreparo acadêmico, preconceito, motivos políticos, inconformidades com as políticas públicas e desconhecimento das deficiências e, principalmente, dificuldade de realizar capacitações, implementada pelo governo federal, fato que não tem garantido o acesso suficiente aos professores às instituições públicas de ensino.

Palavras-chave: Prática de Ensino. Assistência Educacional Especializada. Formação de Professores. Inclusão.

1.INTRODUÇÃO

O interesse por pesquisar a atuação dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) de Guarabira/PB, surgiu depois de vivenciar algumas experiências durante minha prática pedagógica numa sala de recursos. Percebi o quanto é difícil a prática docente no AEE em desenvolver todo processo atribuídos para essa função, que não são poucas; dificuldades em desenvolver ações as quais exigem capacitações específicas, nesse caso, formações e recursos pedagógicos, referentes ao aluno com autismo; como também, estabelecer uma relação com professores da sala regular, no

¹ Graduada em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, genildamsouza23@gmail.com;

² Graduada em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, naypaulili@gmail.com;

³ Especialista em Libras - FACEN, line_gbaraujo@hotmail.com

⁴ Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción - UAA, marciagst@hotmail.com;

⁵ Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción - UAA, monicachuepb@gmail.com.

sentido de envolvê-los na arte de atuar com inclusão de pessoas com deficiência, da mesma forma, a dificuldades de interagir e dialogar com familiares de alunos com deficiência. Dificuldades essas, que me incitaram a conhecer melhor e valorizar mais sobre o trabalho realizado desses profissionais, inquietações e desafios que vão sendo atribuídos no decorrer das nossas práticas aos alunos com deficiência. Daí, então, o enfoque do presente estudo que discorre a respeito do serviço do profissional do Atendimento Educacional Especializado/AEE na área da Educação Especial oferecido aos alunos com deficiência (surdez, intelectual, auditiva, física, múltipla e surdocegueira), Transtorno do Espectro do Autismo/TEA e altas habilidades/superdotação - AH/SD, o qual se propõe em mostrar e analisar os desafios da prática do professor no processo das ações pedagógicas.

Portanto, essa problemática nos direcionou para algumas questões de estudo pertinentes, tais como: quem são os profissionais que atuam no AEE?; qual a formação desses profissionais?; quais as maiores dificuldades na atuação desses profissionais na rede pública de ensino? Considerando a especificidade do aluno, participação da família e valorização profissional.

A pesquisa tem por objetivo geral compreender os processos pedagógicos da prática docente da sala de recursos multifuncional, analisando os desafios e/ou alternativas de avanços desenvolvida no atendimento educacional especializado do município de Guarabira/PB.

Este trabalho pretende refletir de forma positiva nos estudos da área pesquisada, na medida em que procura evidenciar as reais situações das práticas de professores na área de educação inclusiva dentro do próprio ambiente escolar. Considerando os objetivos anteriormente explicitados chegamos ao ponto da pesquisa de ter verificado o AEE da forma mais concreta e realista para as interrogações aqui explanadas.

METODOLOGIA

Este trabalho, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que aborda sobre a prática pedagógica do professor do AEE em duas escolas municipais da cidade de Guarabira/PB. O método escolhido foi a pesquisa qualitativa, que de acordo com Denzin e Lincoln (2006, p.17), traz a seguinte definição:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Seguindo essa linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

2.2 Instrumentos de coleta de dados e Procedimentos

A pesquisa está dividida por três procedimentos: inicialmente foi realizada a leitura de assuntos especializados para obter elementos teóricos que possam contribuir nos dados da pesquisa. Em seguida, foi elaborado um roteiro de questionário semiestruturado com 13 questões, aplicado com as quatro professoras do AEE das duas escolas públicas. Segue em anexo o questionário da pesquisa de dados.

Esta pesquisa foi realizada dentro de duas escolas municipais da cidade de Guarabira, as quais trabalham com a inclusão escolar. Para sua realização, inicialmente foi feito contato com as professoras das escolas, com intuito de apresentar o interesse em realizar a pesquisa no âmbito dessas instituições. Após o consentimento, realizamos um primeiro contato com cada professora da coleta de dados. Salientamos que todas as professoras preencheram e assinaram a pesquisa. As profissionais que foram entrevistadas apresentaram uma boa receptividade e desejo em colaborar com a pesquisa. A realização dos questionários e as observações foram realizadas somente com quatro professoras especializadas em Atendimento Educacional Especializado, sendo duas de cada escola.

2.3 Público alvo da pesquisa

No que diz respeito aos participantes da pesquisa, são quatro professoras atuantes no AEE na Rede Municipal de Ensino de Guarabira/PB. As profissionais do AEE, são todas do sexo feminino, sendo que três com formação em Pedagogia e apenas uma com formação em Licenciatura em história.

3 . A INCLUSÃO ESCOLAR E O APOIO DA SALA DE AEE

A inclusão, tenta combater a exclusão de determinadas situações da vida cotidiana, ou seja, muitos indivíduos excluem outros devido a terem uma distinta classe social, ou algum tipo de deficiência, por idade, gênero, nível educacional, distúrbios psicológicos, entre outros. Isso infelizmente ocorre em qualquer ambiente, seja família, de trabalho, escolar, etc. Por isso é importante abordar a inclusão escolar, visto que está acolhe todas as pessoas (alunos, professores, funcionários) sem exceção, no sistema de ensino.

Para a organização desse espaço, as escolas públicas de ensino regular recebem vários recursos como: equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade. Em contrapartida, essas instituições devem disponibilizar o espaço físico e um professor para atuar no AEE. O acesso ao Programa se dá pela ação da Secretaria de Educação,

que apresenta a demanda no Plano de Ações Articuladas - PAR e indica as escolas a serem contempladas. Por meio do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011).

Muitas salas foram implantadas com distribuição de material específico. As Salas de Recursos Multifuncionais são classificadas como tipo I e II, de acordo com os equipamentos, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos que as compõem (BRAUN; MARIN, 2016, p. 4).

O AEE é uma modalidade de ensino em evidência no momento, pois se apresenta como um apoio significativo para as escolas regulares, em consideração ao aumento de alunos com deficiência que ingressam no ensino comum e a ênfase dada a este serviço principalmente após a instituição da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

[...] os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes. ” Com o respeito à diversidade, o objetivo do trabalho educacional deve ser o de permitir acesso à educação a todas as crianças, jovens e/ou adultos. (GARCIA, 2008, p. 18).

Para atender esse público do AEE, foi criado o “Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais”, que tem como objetivo apoiar as “redes públicas de ensino na organização do Atendimento Educacional Especializado complementar ou suplementar à escolarização e fortalecer o processo de inclusão educacional”, que esteja matriculado em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhe condições de acesso, participação e aprendizagem. Também é de suma importância (BRAUN e MARIN, 2016) que o Atendimento Educacional Especializado seja oferecido na própria escola, sempre que possível, pois essa oferta possibilita uma maior interlocução entre o professor do AEE e os professores do ensino comum.

Porém, o maior desafio para o fortalecimento dessa prática se caracteriza numa escola inclusiva de fato, (LINKIEVICZ, 2012), ou seja, reinventar, reelaborar, reconstruir, resignificar e manter um olhar de alteridade sob a prática pedagógica, adaptar as necessidades de seus alunos e não esperar que os mesmos se adaptem a um modelo previamente fixado; articular e estabelecer o desenvolvimento das atividades para efetiva participação e aprendizado dos alunos; orientar os professores e as famílias estabelecendo uma relação de cooperação e interação; desenvolver atividades próprias do AEE e promover recursos pedagógicos e acessíveis de forma que ampliem as habilidades promovendo a autonomia e participação do aluno com deficiência.

Para alguns professores do ensino regular, e para especialistas em educação especial, a inclusão escolar amedronta. Muitos argumentam que não tiveram preparo para trabalhar com crianças especiais e sentem-se “esvaziados” ao constatar que a escola inclusiva não admite a repetência tradicional. Toma-se como exemplo um aluno de 14 anos não alfabetizado, frequentar o 9º ano, vale ressaltar que a inserção por idade cronológica é um dos principais parâmetros da inclusão. (WERNECK, 2010).

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, [...], para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2015).

Entende-se que um professor quando bem qualificado, tanto a nível inicial ou contínuo, seja gradativamente capaz de atender satisfatoriamente a demanda social atual.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As escolas do município de Guarabira possuem três polos de atendimentos educacionais especializados e alguns desses polos, ainda, estão em processo de estruturação, seja relacionado a estruturas arquitetônicas (espaços físicos), ou até mesmo a serviços de pequeno porte, como mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos ou até mesmo, as dificuldades que algumas professoras encontram em buscar meios para se qualificarem, visto que, o descaso por parte de políticas públicas em fornecer formação continuada a essas profissionais como também aos professores da sala regular, ainda está longe de ser alcançadas ou se restringe em pequenas ações que em alguns casos são ineficientes para quem trabalha com pessoas com deficiência. Mas apesar de toda dificuldade, são profissionais que visam a cada dia o compromisso com a educação a qual lhes foi submetida, buscando meios para encararem as dificuldades e barreiras nessa área de atuação.

Como mencionado na metodologia, essa pesquisa teve como um de seus elementos metodológicos para a construção dos dados, a observação de práticas das profissionais que atuam na sala de atendimento educacional especializado e os discursos dos profissionais através do questionário semiestruturado. Optamos por identificar as professoras por:

Professora AEE1, Professora AEE2, e Professora AEE3

4.1 Discursos dos professores do AEE

Segue abaixo os discursos das três professoras que atuam no Atendimento Educacional Especializado. Para melhor apresentar as reflexões realizadas, elaboramos por categoria as questões para análises. As falas distribuídas, nos segmentos dos quadros abaixo, são transcrições na íntegra, concedidas a partir dos roteiros de questionários semiestruturados.

Quadro 1 – Discursos professoras que atuam no Atendimento Educacional Especializado

Primeiro segmento	Escolha pela docência na área do AEE
Professora AEE1:	Para atender a pessoa com surdez
Professora AEE2:	Na verdade, eu não escolhi, fui solicitada a atender uma necessidade da escola que trabalho, com relação a alunos surdos.
Professora AEE3:	Não foi eu que escolhi, e sim a direção da escola onde trabalho. Por ter experiência em trabalhar com alunos com deficiência.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Verifica-se que a escolha pela área de AEE foi por diversos motivos. Uma foi solicitada por possuir formação para atender alunos surdos e as outras entrevistadas afirmam que não foi uma escolha e sim uma indicação da gestora escolar, ou necessidade de um trabalho. Isso demonstra que o convite realizado pela gestora não foi aleatório, já que algumas apresentaram uma certa experiência e sensibilização nessa área, já que todas eram docentes de sala comum com alunos com deficiência. Motivo pelo qual, a direção escolar, apresentou interesse para atuar na sala de recursos, como uma forma de ajudar alunos, público alvo do AEE a escola como um todo. Outro aspecto relevante é que as professoras não demonstraram insatisfação com a profissão.

Quadro 2 – Satisfação das professoras no ambiente de trabalho

Segundo segmento	Rotina de trabalho e organização do plano AEE
Professora AEE1	Trabalho em dois municípios preenchendo minha carga horária nos turnos manhã e tarde. Quanto ao plano, são organizados em conteúdo, objetivos, metodologia e recursos. Ter uma boa observação para com o aluno e perceber seu desenvolvimento mediante atividade.
Professora AEE2	Duas jornadas. Manhã e tarde em escolas municipais diferentes. Mas, a mesma função. No plano, avaliação diagnóstica (como chega), listar habilidades não desenvolvidas e o que precisa desenvolver. Elaborar atividades que consolide o aprendizado e desenvolva o que ainda não assimilou. Registro, avaliação, repetição.
Professora AEE3	Meu expediente de trabalho tem início as 13:00 horas, onde atendo alunos de diferentes deficiências, até as 17:00 horas e no turno noite sou professora da EJA.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Nota-se que a rotina das entrevistadas é muito semelhante, pois em todas as falas revelam trabalhar em dois turnos. Destacamos a fala da professora AEE2 que sistematiza sua rotina em duas salas de AEE em cidades diferentes. Evidenciou-se também nessas falas que tanto a professora AEE1 quanto a AEE3 atua em duas modalidades distintas, no AEE como também em sala regular.

Quanto as atividades desenvolvidas na sala de recursos, as mesmas enfatizam que além do planejamento, avaliação diagnóstica do aluno (ficha de anamnese), registro, e elaboração de material didático, entre outros, o professor, para elaborar um bom plano de AEE, precisa ter uma boa observação como também conhecimento e compreensão das necessidades dos alunos a serem atendidos e reconhecer suas habilidades. Porque é preciso buscar entender que alunos muitas vezes apresentam um mesmo diagnóstico não, necessariamente, solicita a mesma forma de intervenção pedagógica, visto que cada indivíduo é único e tem sua particularidade de se relacionar com o ambiente, de processar informações e produzir conhecimentos (SILUK, 2014).

Sendo assim, os atendimentos aos alunos com necessidades especiais na sala de recursos, devem ser organizados priorizando atividades de sondagem, verificação de habilidades do educando para posteriormente construir o Plano Individual Especializado - PEI, entrevista com os responsáveis (anamnese), o período e a frequência de cada atendimento, devolutiva da avaliação realizada pela professora do AEE à Direção, especialistas e professores envolvidos, bem como os recursos e serviços a serem ofertados devem ser definidos tomando como referência a peculiaridade de cada aluno.

Quadro 3 – Nível de formação professoras AEE

Terceiro segmento	Se recebe Formação para atuar na sala de AEE e que tipo de formação consideram necessária.
Professora AEE1	Recebo as formações que busco por conta própria. Transtorno do espectro Autista e português para surdos. Formação em pedagogia, jogos lúdicos, deficiências diversas (autismo, surdez, braille, etc.).
Professora AEE2	Não. Mas já fiz formação para a sala de atendimento educacional especializado. Especifica do atendimento (AEE) e paralelo a isso, algumas deficiências específicas (TEA, LIBRAS, TDAH).
Professora AEE3	Sim, recebi formação para professores atuar em sala de AEE. *Não respondeu à pergunta seguinte.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Nos depoimentos acima, constata-se que as professoras têm conhecimentos sobre as exigências do AEE, em termos de formação para essa modalidade de ensino, pois a maioria mencionou participar de formações continuadas, treinamentos e capacitações por conta própria.

Quanto à segunda pergunta, que formação elas acham necessária para atender no AEE? A professora AEE1 e AEE2, foram bastante categóricas, já que mencionaram formações específicas, ou seja, buscando meios para se qualificar em cursos de formação continuada superando barreiras e formações iniciais deficitárias bem como dar continuidade ao processo formativo para melhor se enquadrar no contexto profissional da educação inclusiva, que atenda as expectativas do público alvo dessa modalidade de ensino.

Conforme o Art. 12 da Resolução CNE/CEB Nº 4/2009, que compõe as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade da educação especial, diz: “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009, p. 3).

Considerando as exigências legais da Resolução, entendemos que para atuar no AEE o professor (a) precisa apresentar formação inicial em cursos de graduação específicos como as licenciaturas em Educação Especial e em pedagogia, ou seja, com habilitação específica na área de Educação Especial. E, além disso, a legislação determina uma possível formação continuada a partir de cursos de especialização e aperfeiçoamento. No trecho que segue, podemos constatar tais possibilidades de formação:

Para atuar no AEE, os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos em conteúdo específicos do AEE, para melhor atender a seus alunos. (ROPOLI *et al.*, 2010, p.28).

Portanto, constitui se por parte do governo, a oferta de cursos de formação continuada para professores com o propósito de contemplar os requisitos da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Em contrapartida, cabe ressaltar que em relação aos aspectos de formações exigidas para atuar na sala de recursos, não são nitidamente definidos pelos documentos norteadores da política de inclusão, pois depende da especificidade de cada região, estado ou município, isto é, quanto mais diversificada a demanda de crianças com deficiência, maior a necessidade de conhecimentos gerais e formações específicas da educação especial.

Mostra em suas pesquisas uma preocupação com a formação desses profissionais que atuam em salas de recursos multifuncionais enfatizando que a [...] formação continuada em serviço permite aos professores: Organizados em grupos de estudo, por componente curricular, buscam estudar, de conteúdo em conteúdo, o contexto, as situações, os problemas que originaram os conteúdos e as suas significações em contextos, situações e problemas reais para alunos reais. (HENGEMÜHLE, 2007 *apud* ROSELEN, 2013, p. 4).

Diante disso, nota-se um certo descaso por parte dos órgãos públicos em capacitar esses professores, formações e capacitações para desenvolver um bom trabalho, precisam estar preparadas para trabalhar com as diferenças e peculiaridades de cada aluno e para isso precisa ter um conhecimento mais apurado do que deve fazer numa sala do AEE. É preciso estar preparado para as diversas situações que irá encontrar na sua prática e ter consciência que não vai lidar apenas com um modelo de aluno. A formação docente do profissional de AEE compreende há várias áreas de conhecimentos de forma integrada e permanente, não pode restringir-se à apenas cursos ocasionais de curto prazo. Precisa refletir sobre sua prática, para que possa buscar novos conhecimentos e aprimorar o ensino que está oferecendo para o seu aluno em sala de aula. Infelizmente, é o que está ocorrendo nesses últimos anos aos professores do AEE, ofertas de cursos a curto prazo. É preciso que, os órgãos competentes, se atentem a qualificar profissionais da educação de forma contínua e evolutiva, valorizando e refletindo sobre a prática pedagógica em caráter mais acessível para a mudança desejada na educação especial e em outros contextos complementares.

Quadro 4 – Nível de dificuldades e desafios do professor de AEE

Quarto segmento	Dificuldades e desafios do professor de AEE
Professora AEE1	Os ambientes escolares não oferecem estruturas organizadas para trabalhar vídeos, músicas e material concreto.
Professora AEE2	Dificuldades em desenvolver na criança habilidades que fogem do campo pedagógico. Desafio: que saia melhor que entrou.
Professora AEE3	Muitas dificuldades e desafios existem tem em toda profissão e a nossa é a falta de valorização profissional.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Os relatos acima apresentam problemas de três ordens: falta de alguns materiais ou recursos didáticos, as dificuldades em desenvolver habilidades que muitas vezes não faz parte da função do professor de AEE e a incompreensão do trabalho do profissional do AEE em relação a valorização e reconhecimento desse profissional. Partindo para a primeira colocação a respeito da falta de recursos na sala de AEE, a professora se refere as estruturas das salas, espaços e recursos tecnológicos para que possam desenvolver atividades lúdicas amplas. Muitos desses ambientes não possuem os recursos necessários para a efetiva inclusão como: computadores, impressoras, tv, entre outros.

Conforme o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, art. 3, e § 1º as salas de recursos são “Ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.” Os equipamentos,

materiais e recursos de acessibilidade das Salas de Recursos Multifuncionais estabelecidos pelo MEC e de suma importância para facilitar a aprendizagem do aluno (BRASIL, 2008).

Outro fator ineficiente são as estruturas arquitetônicas das escolas, aspecto que merece destaque devido à localização das salas em locais inadequados e de difícil acessibilidade para pessoas com deficiência física, sendo necessário escalar alguns degraus para ter acesso a sala de recursos multifuncional. São salas pequenas destinada aos atendimentos como também para guardar os diversos jogos e outros materiais didáticos disponibilizados pelo poder público, além daqueles confeccionados pela professora para serem utilizados pelos alunos e para a realização de atividades didáticas.

Para a outra participante, a dificuldade está em desenvolver habilidades que fogem da sua competência, ou seja, o que a professora quis dizer é que existem habilidades que são desenvolvidas por outros profissionais como, psicopedagogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, entre outros, e que muitas vezes, o profissional do AEE acaba tendo que utilizar métodos para complementar as necessidades dos alunos que são indispensáveis o desenvolvimento da criança e conseqüentemente para uma inclusão de fato. As escolas precisam desenvolver um trabalho colaborativo entre esses profissionais, professor de AEE e a família com o objetivo de ampliar estratégias pedagógicas, autonomia e interação social. Mas, infelizmente, as instituições não disponibilizam de profissionais para tais finalidades, principalmente, quando se trata de alunos com TEA - Transtorno do Espectro Autista.

Desse modo, ser professor de AEE é um desafio constante e repleto de atribuições complexas e desgastantes. Mas o principal desafio para a estabilização dessa prática se exprime na compreensão da verdadeira inclusão, isto é, desafios que se caracteriza em reinventar, reelaborar, resignificar, reconstruir, readaptar às necessidades quando necessário; desenvolver atividades para a consolidação e aprendizado dos alunos; estabelecer uma relação de colaboração e orientação com outros profissionais, professores e familiares, desenvolver recursos pedagógicos de forma que ampliem as habilidades com o objetivo de promover a autonomia e a efetiva participação do aluno com deficiência. Nesse contexto, ao contemplar o preparo dos professores do AEE, Prietto (2005) enfatiza que este deve estar atento aos alunos com deficiência e:

Assim, os professores devem ser capazes de analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem, bem como, a partir, pelo menos, dessas duas referências, elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retro-alimentar seu planejamento e aprimorar o atendimento aos alunos. (PRIETTO, 2005, p. 58).

Portanto, assumir o papel de professor (a) do AEE – Atendimento Educacional Especializado não é tarefa fácil, é assumir compromisso com o educando, sua família, mas também com a escola, comunidade, com os professores, com os avanços adquiridos, isto é, a arte de ensinar é uma virtude que vai ao encontro do novo sem receio de inovar. Como diz Mantoan (2003, p.81):

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão, muitas vezes na concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, objetivou compreender os processos pedagógicos da prática docente da sala de recursos multifuncional, que foi relevante para que a comunidade acadêmica aprofunde mais conhecimentos na área. Foi analisado os desafios e/ou alternativas de avanços desenvolvida no atendimento educacional especializado do município de Guarabira/PB por meio entrevistas com professoras do ensino escolar, para que possa servir de instrumento na implementação da modalidade de ensino e a história da Educação Especial.

Durante as observações constatou-se que as professoras se sentem desafiadas a ensinar alunos e fazer com que os mesmos superem suas limitações, mas também, nota-se o quanto estão buscando meios para desenvolver um bom trabalho, seja em busca de cursos para se qualificarem ou em novas metodologias para melhorar o desempenho dos alunos com deficiência. É importante que o professor faça uma análise da sua prática e reconheça suas dificuldades, é natural se sentir incapaz quando se depara com o novo, pois trabalhar com pessoas diferentes nos faz pensar que não somos capazes de desenvolver um bom trabalho. Então, criamos a desculpa que não recebemos qualificação para tal finalidade para trabalharmos com pessoas com deficiências.

Outro ponto fundamental que chamou atenção foi à ausência de aproximação e comunicação entre os professores regentes nas salas de aula comum com os professores especializados em Atendimento Educacional Especializado. Visto que, essa aproximação só é realizada nos encontros pedagógicos da escola.

É válido ressaltar que legislativamente é atribuição do professor do AEE o trabalho em equipe com os professores que atuam nas salas de aula. Obviamente que essa falta de aproximação não pode ser responsabilidade apenas do professor do AEE, a iniciativa deve ser de ambos, professores do AEE e professores da sala regular. Embora, seja compreensível esse distanciamento, pois a maioria das professoras trabalham dois horários. Tornando esses momentos inviável para a realização desse trabalho colaborativo.

REFERENCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução** CNE/CEB nº 4/2009, de 2 outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Seção 1. p. 17, 2008.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série legislação; n. 200).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 73 p.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA. (Estado do Paraná). **Decreto** Lei nº 3824, DE 14 de setembro de 2017. Dispõe sobre o Atendimento Preferencial de Pessoas com Espectro Autista, em estabelecimentos comerciais, de serviços e similares no Município de Rolândia, e dá outras providências. 2017.

HENGENMÜHLE, Adelar. **Formação de professores: da função de ensinar ao resgate da educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

LINKIEVICZ, Lucia maria Melo. **O Atendimento Educacional Especializado – AEE e a prática pedagógica**. 81f. Monografia (especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/2012.

MANTOAN, Maria Teresa; PRIETO, Rosângela; ARANTES, Valéria Amorim. (org.). **Inclusão escolar. Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

ROPOLI, E. A. et al. **A escola comum inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFC, 2010. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, v.1).

SILUK, Ana Cláudia Pavão (org.). **Atendimento Educacional Especializado–AEE: contribuições para a prática pedagógica**. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação–CE. Universidade Federal de Santa Maria: UFSM, 2014.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ERNECK, Claudia. **Você é gente**. Rio de Janeiro: WVA, 2003. 203p.